



Ministério Público do Estado de Alagoas
Corregedoria-Geral

Processo nº10.2016.00000056-1.

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DA 22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

- 1) Data da Inspeção: **27/07/2016.**
- 2) Promotor (a) de Justiça Titular: **Norma Sueli Tenório de Melo Medeiros.**
- 3) Promotor (a) de Justiça em exercício, no momento da Inspeção: **Norma Sueli Tenório de Melo Medeiros.**
- 4) Posse na Promotoria de Justiça Inspeccionada: **20/12/2002.**
- 5) Residência na Comarca: (x) Sim () Não
- 6) Endereço: **Rua Eurico Acioly Wanderley, nº48, Gruta de Lourdes, Maceió-AL.**
- 7) Acumula Funções? (x) Sim () Não
- 8) Em caso positivo, especificar a acumulação:
Responde, na condição de titular, pela 22ª Promotoria de Justiça da Capital, acumulando as funções com a Coordenação das Promotorias da Fazenda Estadual da Capital.
- 9) Informe o período de férias nos últimos 12 meses:
Usufruiu férias no mês de agosto de 2015.
- 10) Informe licenças nos últimos 12 meses:
Não usufruiu licença nos últimos 12 meses.
- 11) Horário dedicado ao expediente interno:
De segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 12) Há regularidade no atendimento ao público externo? Em caso positivo, especificar:
Atende regularmente ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 13:30 horas.
- 13) Existem Notícias de Fato, Procedimentos Preparatórios, Inquéritos Cíveis Públicos, Cartas Precatórias do MP ou Procedimentos Administrativos em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso afirmativo, quantos?
Há 11 (onze) Notícias de Fato e 06 (seis) Procedimentos Administrativos.
Não existem Inquéritos Cíveis Públicos, Procedimentos Preparatórios, nem Carta Precatória do MP.

RP

Processo nº10.2016.00000056-1.

14) Exposição, por amostragem, dos Procedimentos Extrajudiciais:

<u>PROCEDIMENTO Nº</u>	<u>TIPO</u>	<u>TAXONOMIA</u>	<u>REGULARIDADE FORMAL</u>	<u>TEMPO TRANSCORRIDO DESDE INSTAURAÇÃO</u> ^a	<u>RESOLUTIVIDADE</u>	<u>AUSÊNCIA DE IMPULSO POR MAIS DE 120 DIAS</u>
02.2016.00000941-0	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	9 dias	Boa	Não
PGJ/AL 521/2016	Procedimento Administrativo	Não está em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Deveria ser autuado como Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público	97 dias	Boa	Não
PGJ/AL 389/2016	Procedimento Administrativo	Não está em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Deveria ser autuado como Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público	50 dias	Boa	Não
PGJ/AL 5379/2015	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Deveria ter evoluído para Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público	219 dias	Razoável	Sim, durante o trâmite processual, porém sanado
PGJ/AL 149/2015	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Deveria ter evoluído para Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público	208 dias	Razoável	Sim, durante o trâmite processual, porém sanado
PGJ/AL 2146/2016	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	55 dias	Boa	Não
02.2016.00000982-0	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	Arquivado	Boa	Não
02.2016.00000767-7	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	63 dias	Boa	Não
PGJ/AL 612/2015	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	Arquivado	Boa	Não
PGJ/AL 0247/2014	Procedimento Administrativo	Não está em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Deveria ser autuado como Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público	159 dias	Razoável	Sim, durante o trâmite processual, porém sanado
PGJ/AL 1522/2016		Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	11 dias	Boa	Não
02.2016.00000766-6	Notícia de Fato	Em conformidade com o Manual das Tabelas Unificadas do CNMP	Sim	63 dias	Boa	Não

Processo nº10.2016.00000056-1.

15) A Promotoria de Justiça possui livro/pasta/sistema de registro de Portarias de Inquéritos Cíveis Públicos?

Sim, conforme estabelecido no artigo 4º da Resolução 23/2007 do CNMP.

16) Há alguma forma de controle dos prazos dos Procedimentos Extrajudiciais, em trâmite na Promotoria de Justiça? Em caso positivo, especificar:

Segundo o Representante Ministerial, existe um acompanhamento dos prazos dos Procedimentos Extrajudiciais através de um acompanhamento periódico dos referidos Procedimentos, em Relatório Próprio, além do controle nos processos extrajudiciais virtuais.

17) Estrutura física da Promotoria de Justiça:

Funciona em sala da Procuradoria-Geral de Justiça, localizada na Rua Pedro Jorge Melo Silva, nº79, 1º andar, Maceió-AL.

18) Mobiliário e equipamentos:

Computador	Sim (x)	Não ()
Impressora	Sim (x)	Não ()
Condicionador de ar	Sim (x)	Não ()
Mobília completa (cadeiras/armários/mesa)	Sim (x)	Não ()
Telefone	Sim (x)	Não ()
Internet fixa	Sim (x)	Não ()
Internet móvel	Sim (x)	Não ()

19) A Promotoria de Justiça possui Assessor ou Estagiário? Em caso positivo especificar.

Possui 01 (um) servidor (Analista do MP – Área Jurídica) e 02 (dois) Estagiários.

20) Observações e sugestões, apresentados pelo (a) Representante Ministerial, no momento da Inspeção:

Em virtude das atribuições da 21ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais, em processos e procedimentos de interesse da Fazenda Estadual da Capital, o Promotor de Justiça solicita uma melhor estrutura do corpo técnico, em especial a nomeação/convênio para que haja 01 contador e 01 engenheiro civil, para subsidiar a análise dos procedimentos da sua competência.

Acrescenta a dificuldade no uso do sistema dos processos digitais do Ministério Público Estadual, em especial no escaneamento do grande volume de documentos que aportam na 21ª Promotoria de Justiça da Capital.

Sugere o Promotor de Justiça a criação de uma secretaria, objetivando o trâmite de todos os procedimentos administrativos nas promotorias de Justiça da Fazenda Estadual da Capital, padronizando os procedimentos administrativos.

Finaliza, solicitando uma sala mais ampla para comportar a 22ª Promotoria de Justiça da Capital, para acomodar a Representante Ministerial, Assessores e estagiários.



21) Orientações e providências solicitadas/requisitadas ao Promotor de Justiça, no momento da Inspeção:

A Representante Ministerial foi orientada a promover o impulso constante nos Procedimentos Extrajudiciais da sua competência, objetivando uma melhor resolutividade.

Foi orientada, outrossim, no sentido de instaurar Procedimento Preparatório ou Inquérito Civil Público, em vez de Procedimento Administrativo, nos casos previstos na Resolução CNMP nº23/2007.

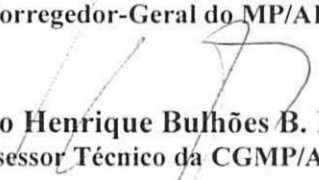
De acordo com o Manual das Tabelas Unificadas do Conselho Nacional do Ministério Público, foi esclarecido que os Procedimentos Administrativos deverão ser utilizados no acompanhamento de fiscalizações, de cunho permanente ou não; de fatos, instituições e políticas públicas, assim como outros procedimentos não sujeitos a inquérito civil, que não tenham o caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa; em função de um ilícito específico.

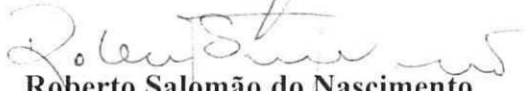
22) Conclusões e providências a serem adotadas pela Corregedoria-Geral:

Deverá ser encaminhado cópia do presente Relatório de Inspeção à Promotora de Justiça inspecionada, com as orientações constantes no item nº21.

Maceió, 27 de julho de 2016.


Vicente Felix Correia
Corregedor-Geral do MP/AL


Humberto Henrique Bulhões B. P. Nunes
Assessor Técnico da CGMP/AL


Roberto Salomão do Nascimento
Assessor Técnico da CGMP/AL